



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000825-08.2025.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE PATRIMÔNIO

ASSUNTO: Reequilíbrio econômico-financeiro e reajuste de Ata de Registro de Preços - ARP - Aquisição de bens permanentes diversos - Compromissária: **NOVA MIX LTDA.**

### DESPACHO Nº 1237 / 2025 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Patrimônio deste Tribunal - SEPAT para o controle e execução da Ata de Registro de Preço - ARP n. 07/2025 (1426318), cujo objeto consiste na aquisição de 3 itens de bens permanentes, no valor total de **R\$ 179.264,40** (cento e setenta e nove mil duzentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos), firmado com empresa NOVA MIX LTDA., CNPJ 49.949.246/0001-01. A ARP decorre do Pregão Eletrônico SRP n. 90037/2024, tramitado no PSEI nº 0001544-58.2023.6.22.8000.

Na Informação Informação n. 36 (1359836), a SEPAT comunicou o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro de todos os itens da ARP, apresentado pela compromissária, sob alegação de que impactos no mercado teriam elevado os preços registrados.

Juntou os seguintes documentos para embasar seu pedido: Anexo Solicitação de reajuste financeiro (1347682); Anexo Nota Fiscal (1348189); E-mail Nova Mix (1357107); Anexo Solicitação de Reajuste Financeiro (1357112); Anexo Orçamento ROTOPLAST 2024 (1357115); Anexo Orçamento ROTOPLAST 2025 (1357116); Anexo Nota Fiscal nº 4705456 - NOV. 2024 (1357117); Anexo CRA30 - MAIO 2025 (1357121); Anexo CDR37 - 2024 (1357124); e Anexo CDR37 - 2025 (1357125).

Na sequência, a Coordenadora da COMAP (1414269), em suma, apresentou o impacto financeiro do possível reequilíbrio, analisou os argumentos apresentados e conclui que o pleito não merecia prosperar.

Além disso, apontou que a empresa adquiriu o direito ao reajuste dos valores registrada na ARP, em 10/09/2025, consoante item 6.1 do Termo de Referência (1346295), anexo do Edital do Pregão Eletrônico n. 90037/2024 (SRP). Portanto, a COMAP impulsionou o reajuste constado, com base no Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA com acúmulo para o período (09/2024 a 8/2025) de 5,456330 %, gerando impacto financeiro de R\$ 9.781,21 (nove mil setecentos e oitenta e um reais e vinte e um centavos), consoante quadro apresentado na Manifestação n. 9/2025 (1414269).

Logo, a SAOFC encaminhou os autos à COFC para ciência e providências cabíveis, à SECONT para elaborar minuta de termo aditivo e à AJSAOFC para realizar parecer jurídico (1422788).

A COFC (1426017) informou ser dispensada comprovação de disponibilidade orçamentária do impacto do reajuste dos preços, exigida tão só na fase execução/contratação dos bens registrados na ARP.

A SECONT juntou aos autos a minuta da Apostila n. 1 da ARP n. 7/2025/TRE-RO (1426318), com os registros referente ao reajuste.

A Assessoria Jurídica da SAOFC emitiu o Parecer Jurídico nº 118/2025 (1406296), dispondo, em suma: pela **competência exclusiva da Diretoria Geral de deliberar sobre toas e quaisquer alterações contratuais**, conforme IN TRE-RO n. 4/2008 c/c art. 66 da IN TRE-RO 4/2023 e as regras de competência da Resolução TRE-RO nº 65/2015 c/c Portaria de Delegação nº 66/2018; pelo **indeferimento dos reequilíbrios econômico-financeiros**, razão da ausências dos requisitos previstos pelos incisos I e II do art. 25 do Decreto nº 11.462/2023; e pela **possibilidade jurídica de reajustar** os preços atuais do ARP citada, no percentual de **5,1305 %**, de acordo com a variação do IPCA do IBGE do período de setembro de 2024 a agosto 2025, com fundamento no **art. 82, § 5º, inciso IV c/c § 7º do art. 25, ambos da Lei nº 14.133, de 2021; inciso III do art. 25 do Decreto Federal nº 11.462, de 2023; Orientação Normativa AGU nº 100/2025**, previsão no Edital Pregão Eletrônico nº 90037/2024 (1283076) e no item 6.1, "c" da ARP nº 07/2025.

Por fim, o Secretário da SAOFC manifestou-se nos mesmos termos de sua Assessoria Jurídica (1428823).

#### **Assim vieram os autos conclusos à apreciação desta Diretora-Geral.**

Compulsando os autos, verifica-se que não foram demonstrados pela empresa compromissária NOVA MIX LTDA., o preenchimento dos pressupostos para concessão do reequilíbrio econômico-financeiro pleiteado, tendo em vista que o pedido baseia-se na revisão devido a ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis (ou seja, fatos inseridos na seara da **álea econômica extraordinária e extracontratual**).

O instituto jurídico mencionado é disciplinado pelo art. 25, inc. I e II, do Decreto 11.462/23 8.666/93:

Art. 25. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

(...)

Portanto, não se observa nas alegações trazidas pela requerente a ocorrência de algum fato superveniente que tenha modificado a equação econômico-financeira da ARP em análise. Conforme registrado na Manifestação nº 9/2025 (1414269), interessada afirma que o intervalo entre a licitação (dezembro/2024) e a assinatura da ata (março/2025) gerou aumento significativo no custo do equipamento. Os valores apresentados são: preço registrado na ARP nº 7/2025 (**R\$ 2.280,00**), preço da nota fiscal de novembro/2024 (**R\$ 1.327,15**) e preço apurado em abril no canal de vendas do fabricante (**R\$ 1.858,76**), evidenciando variação superior a 20%.

Apesar da possibilidade de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da ARP, a concessão da revisão exige **comprovação robusta**. A doutrina e a jurisprudência do TCU entendem que **variações sazonais ou flutuações normais de mercado** não configuram álea extraordinária (Acórdãos 18379/2021-Segunda Câmara, 7249/2016-Segunda Câmara, e 1604/2015-Plenário). No caso concreto, a nota fiscal isolada e pesquisa de um único fornecedor apresentada não comprovam, por si só, desequilíbrio contratual relevante.

Também se observa que a ARP nº 7/2025 contempla três itens distintos. Como a empresa apresentou alegações apenas em relação a um deles, não foi possível demonstrar eventual onerosidade excessiva do conjunto, conforme entendimento consolidado (Parecer AGU nº 020/2021; Acórdão TCU 1466/2013-Plenário).

No tocante ao **segundo pedido de reequilíbrio**, apresentado em 08/05/2025 (1357112), a COMAP novamente se manifestou pelo indeferimento, ao fundamento de que não houve comprovação de fatos imprevisíveis ou de consequências incalculáveis que inviabilizassem a manutenção da ARP, destacando-se o aumento global de **20,43%** sobre o valor original (**R\$ 36.653,32**).

Nesta segunda manifestação, a empresa juntou notas fiscais para demonstrar variação de preços nos três itens registrados (itens 06, 07 e 11), nas ordens de **23%**, **26%** e **10,5%**, resultando novamente no percentual global de **20,43%**. Contudo, apesar de agora alegar repercussão sobre todos os itens, a compromissária ainda deixou de comprovar a **onerosidade excessiva** exigida pela legislação para justificar a revisão dos preços da ARP nº 7/2025.

Em razão disso, conforme bem ressaltado pela AJSAOFC, verificada a ausência dos requisitos previstos no art. 25, incisos I e II, do Decreto nº 11.462/2023, notadamente a efetiva comprovação da onerosidade excessiva impeditiva de manutenção dos preços registrados na ARP Nº 07/2025 (1346296), conclui-se pela indeferimento dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro formulados pela NOVA MIX LTDA.

Quanto ao reajustamento apresentado pela COMAP, trata-se de reajuste em sentido estrito, o qual o art. 82, IV e § 5º, IV, da Lei n. 14.133/2021 c/c art. 25, III, do Decreto n. 11.462/2023 determinam a estipulação de critérios periódicos de reajuste, regra também com previsão expressa no TR da contratação, Anexo II, e a minuta da ARP, Anexo VI, ambos do Edital Pregão Eletrônico nº 90037/2024 (1283076) e ARP nº 07/2025 (1346296), que dispõem:

**Termo de Referência nº 10/2024 - Anexo II do edital:**

### **2.3 CABIMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

(...)

X - Os preços registrados poderão ser objeto de reajustamento, observados os requisitos exigidos pela Lei n. 14.133/2021.

i) Para fins de reajustamento será adotado o seguinte critério: **IPCA** (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IBGE

**Minuta da ARP - Anexo VI do edital:**

### **6.0. DA ALTERAÇÃO OU DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**6.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

(...)

**c) na hipótese de reajuste prevista no Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão Eletrônico 90034/2024.**

### **ARP nº 07/2025**

### **6.0. DA ALTERAÇÃO OU DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**6.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

(...)

**c) na hipótese de reajuste prevista no Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão Eletrônico 90037/2024. (negritou-se)**

Salienta-se que tal reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio, de modo que subsiste o **poder-dever** da Administração em manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração.

Dessa forma o reajuste em sentido estrito, previsto em cláusula da ARP, deve acontecer de forma automática pela Administração.

No caso sob análise verifica-se tratar de reajuste decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. O marco inicial é a data do orçamento estimado dos preços dos itens do Edital e da ARP, ou seja, em 10/09/2024 quando foi elaboração da ICVEC (1225895).

Assim, elaborado o orçamento no mês de **setembro de 2024**, será esse mês aquele definido como data-base para fins do reajustamento anual por meio da verificação da variação do IPCA, que deve considerar o período de 12 meses, **setembro de 2024 a agosto de 2025**. Tal cálculo resultou no percentual de **5,1305%**, conforme registra a unidade gestora no Demonstrativo de Cálculo (1425986), o que atualiza o valor anual do contrato para R\$ 9.197,36 (nove mil cento e noventa e sete reais e trinta e seis centavos).

Por fim, ressalta-se no âmbito do registro de preços, é dispensada a demonstração de disponibilidade orçamentária para fins de avaliação do impacto decorrente de eventual reajuste. Tal exigência somente se aplica na fase de execução/contratação dos itens constantes da ARP, nos termos do art. 17 do Decreto n.º 11.462/2023. Esse entendimento, inclusive, está expressamente consignado no item 48, II, “i”, do Parecer Jurídico n.º 144/2025 – AJSAOFC (1426844) e na Informação n.º 210/2025 – COFC (1426017).

**Diante do exposto**, com fulcro no artigo 1º, inciso II, da Portaria GP nº 66/2018:

a) **defiro o reajuste dos preços atualmente registrados**, no percentual de **5.1305%**, apurado pelo IPCA/IBGE no período de setembro de 2024 a agosto de 2025, com fundamento no **art. 82, § 5º, inciso IV c/c § 7º do art. 25, ambos da Lei n. 14.133, de 2021, inciso III do art. 25 do Decreto Federal n. 11.462, de 2023, Orientação Normativa AGU n. 100/2025**, Edital Pregão Eletrônico n. 90037/2024, e item 6.1, “c” da ARP n. 07/2025;

b) **indefiro do primeiro pedido de reequilíbrio econômico-financeiro** da compromissária NOVA MIX LTDA (1347682), pois restaram ausentes os requisitos exigidos pelos incisos I e II do art. 25 do Decreto n. 11.462/2023, notadamente em relação à efetiva comprovação da onerosidade excessiva que impeça a manutenção dos preços registrados na ARP n. 07/2025 (1346296);

c) **indefiro do segundo pedido de reequilíbrio econômico-financeiro** da compromissária NOVA MIX LTDA (1357112), pelas mesmas razões aplicadas ao primeiro requerimento;

d) **determino alteração, pela SECONT, do item 4, da Minuta do Apostila n. 1 à ARP n. 7/2025** (1426318), para constar a seguinte fundamentação: **art. 82, § 5º, inciso IV c/c § 7º do art. 25, ambos da Lei n. 14.133, de 2021; inciso III do art. 25 do Decreto Federal n. 11.462, de 2023; Orientação Normativa AGU n. 100/2025**, Edital Pregão Eletrônico n. 90037/2024, e item 6.1, “c” da ARP n. 07/2025;

e) **determino expedição de alerta à COMAP** a expedição de alerta à COMAP quanto à necessidade de comprovação da ciência da compromissária sobre o reajuste proposto, conforme item 49 do Parecer Jurídico n. 144/2025 – AJSAOFC (1426844);

f) **determino a publicação da apostila**, em conjunto com o ato autorizativo e demais documentos necessários, no DJE, em respeito ao princípio da publicidade, e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em consonância com o p art. 91, caput, da Lei n. 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012, bem como a inserção dos dados contratuais pertinentes no Contratos.gov.br, o qual automaticamente os divulgará no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em consonância com o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

À SAOFC para prosseguimento do feito.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 09/12/2025, às 13:06, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1441417** e o código CRC **1E4ED44F**.